

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O DESEMPENHO ESCOLAR E OS SALÁRIOS DE PRÉ-APOSENTADOS NO ESTADO DO CEARÁ

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar as relações entre o salário dos pré-aposentados e seus níveis de escolaridade. Participaram da pesquisa 31 pré-aposentados que trabalham há mais de 30 anos na Assembleia Legislativa do Ceará, faltando apenas três anos para o desengajamento laboral. Foi realizada a análise de correlação entre os salários e o nível escolar, constatando-se que o aumento do nível de escolaridade acarreta aumento significativo nos salários dos trabalhadores, sendo que 70% da variação dos salários estão relacionados com a variação da escolaridade, determinada através dos anos de estudo dos trabalhadores pesquisados. O investimento em educação está fortemente relacionado ao desempenho escolar dos alunos, e esse desempenho afeta os salários a serem recebidos por essa geração quando ela está ainda no mercado de trabalho e, como analisado neste estudo, no período da pré-aposentadoria.

Palavras-chave: Salário; Escolaridade; Pré-aposentados; Correlação

1 INTRODUÇÃO

O processo de educação brasileiro pode ser caracterizado como lento (mesmo quando comparado a países com nível de desenvolvimento inferior ao nosso), bastante desigual e concentrado em uma parcela privilegiada da população. O debate em torno do peso da educação como fator explicativo da desigualdade de renda existente no Brasil é intenso, destacando-se a corrente que defende que a escolaridade é o principal fator explicativo causal da desigualdade, por gerar diferenças de produtividade entre os indivíduos as quais vão perdurar por todo seu ciclo de vida (MENEZES FILHO, 2001). Além disso, o capital humano é um dos principais determinantes da taxa de crescimento e do nível de bem-estar de um país.

Muitos estudos internacionais mostram que a qualidade da educação influencia positivamente os salários futuros dos indivíduos (MURNANE; WILLETT; LEVY, 1995; MURPHY; PELTZMAN, 2004), a probabilidade de continuação dos estudos (RIVKIN, 1995) e o crescimento econômico do país (BISHOP, 1989; HANUSHEK; KIMKO, 2000).

O envelhecimento populacional é, hoje, um proeminente fenômeno mundial. Isso significa um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos demais grupos etários. O momento demográfico por que passa a população brasileira se caracteriza por baixas taxas de fecundidade, aumento da longevidade e urbanização acelerada. A interação dessas transformações tem levado a um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos demais grupos etários. Esse aumento relativamente mais elevado do contingente idoso é resultado de suas mais altas taxas de crescimento, em face da alta fecundidade prevalecente no passado, comparada à atual, e da redução da mortalidade. Segundo Camarano, Beltrão e Neupert (1990), esse fenômeno é chamado de envelhecimento populacional, pois se dá em detrimento da diminuição do peso da população jovem no total da população brasileira. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a longevidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, a estrutura familiar e, certamente, a sociedade.

Assim, observa-se atualmente no Brasil um aumento da parcela da População Economicamente Ativa (PEA) constituída por aposentados, podendo estar refletindo, por um lado, a maior cobertura do benefício previdenciário e, por outro, o aumento da longevidade conjugado com melhores condições de saúde que permitem que uma pessoa, ao atingir os 65 anos, possa, com facilidade, exercer uma atividade econômica. Para Tassigny e Brasil (2012, p. 160), “se o homem não é capaz de compreender o mundo e capaz de conscientização de seu lugar, torna-se incapaz de entender a realidade que o cerca e, sobretudo, incapacita-se para agir sobre ela [...]”.

Nesse contexto, a demanda por estudos acadêmicos e técnicos sobre o fenômeno da longevidade empresta a este trabalho um novo valor para auxiliar as políticas públicas nas áreas econômica e social. Portanto, o objetivo deste estudo é investigar as relações entre salário dos pré-aposentados e nível de escolaridade. Participaram da pesquisa 31 pré-aposentados que trabalham há mais de 30 anos na Assembleia Legislativa do Ceará, faltando apenas três anos para o desengajamento laboral. Para entender como duas variáveis estão inter-relacionadas, do ponto de vista estatístico, foi realizada a análise de correlação entre os salários e o nível

escolar (determinado em anos de estudo), bem como a análise do coeficiente de determinação entre essas variáveis.

2 A RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E RENDA

Em um esforço para melhorar a qualidade da escola, governos ao redor do mundo têm aumentado em grandes proporções os recursos destinados à educação. O interesse de estudiosos e políticos em melhorar a escola tem sido reforçado diretamente pelo reconhecimento da importância da formação do capital humano para indivíduos e sociedade.

Muitas das motivações vêm de análises teóricas e empíricas sobre a relação entre a renda, a produtividade e o crescimento econômico e a quantidade de escolaridade do indivíduo, a *proxy* mais comum para nível de capital humano. Para muitos, entretanto, as iniciativas de políticas não deveriam focar em quantidade de escolaridade, mas, ao invés disso, na sua qualidade (HANUSHEK, 2003).

Os argumentos centrais a respeito dos efeitos de escolaridade têm uma estrutura simples. Primeiro, existe uma relação direta entre escolaridade e salários. Dados esses retornos à educação, a discussão de política sugere a necessidade de se investir mais em capital humano, o que é traduzido diretamente em fornecer mais fundos para escolas públicas. O argumento para aumentar fundos geralmente não trata somente de aumentar os anos de estudo dos indivíduos, mas, além disso, em melhorar a qualidade dos anos de escolaridade existentes. O pressuposto é que maiores recursos vão melhorar a qualidade da escola, isto é, que há uma estreita relação entre os recursos e a qualidade. Essa relação, porém, é questionada em Hanushek (2003).

Há muitas evidências internacionais de que a qualidade da educação, medida por testes de proficiência, está relacionada com os salários individuais, a produtividade e o crescimento econômico, mesmo após o controle pela quantidade de escolaridade (BISHOP, 1989; O'NEILL, 1990; MURNANE; WILLETT; LEVY, 1995; BOISSIERE; KNIGHT; SABOT, 1985).

Segundo Murnane, Willett e Levy (1995), existe uma relação entre as notas dos testes e os salários, que vem aumentando com o passar do tempo. Os autores

examinam se o conhecimento cognitivo básico está se tornando mais importante na determinação dos salários na economia. A questão central focada é como o conhecimento em matemática dos estudantes afeta seus salários aos 24 anos, quando estão trabalhando, seis anos após o término de seus cursos. A análise é feita separadamente para os homens e para as mulheres, avaliando tal questão para os estudantes que terminaram o curso em 1972, e novamente para aqueles que completaram o curso em 1980.

O artigo dos autores (1995) mostra que a habilidade cognitiva básica teve um maior impacto nos salários dos indivíduos em 1986 do que em 1978. A introdução do resultado da proficiência no modelo básico resulta em um declínio no coeficiente de anos de escolaridade de 41% em 1972 e 52% em 1980 para os homens. Para as mulheres, as reduções foram de 31% e 43%, respectivamente. O aspecto impressionante do achado desses autores é que, adicionando essa nota ao modelo, elimina-se completamente o aumento observado do prêmio de salário das mulheres por frequentar a universidade entre 1978 e 1986, que passa a ser explicado pelo aumento no retorno ao conhecimento cognitivo (MURNANE; WILLETT; LEVY, 1995).

3 ASPECTOS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Segundo pesquisas realizadas pela Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o contingente populacional brasileiro cresceu, entre 2000 e 2010, a um ritmo de apenas 1,17% ao ano.

Esse crescimento foi muito superior em anos anteriores: 2,48% ao ano entre 1970 e 1980; 1,93% entre 1980 e 1991 e 1,64% entre 1991 e 2000. Isso evidencia uma clara desaceleração populacional. Esse fato acompanha o declínio da natalidade ocorrido no Brasil, especialmente a partir de 1980 (IBGE, 2004).

Essa desaceleração populacional pode ser visualizada também no Ceará nas últimas décadas, pois, entre 1970 e 1980, crescia a 2,0% e, entre 1980 e 1991, seu crescimento populacional se deu a uma taxa de 1,7% (em números absolutos representou mais 1.071.814 pessoas); entre 1991 e 2000, entretanto, cresceu a uma taxa um pouco superior (de 1,8%), que se traduziu em um crescimento de 1.064.014 habitantes; já entre os anos de 2000 e 2010, cresceu a uma taxa de apenas 1,3%,

inferior a todas as séries históricas passadas, representando um incremento de 1.020.784 pessoas (IBGE, 2011).

Embora, em números absolutos, tal desaceleração manifeste-se de forma menos intensa, esses dados confirmam a intensificação da queda da natalidade que, atrelada à queda da mortalidade, especialmente a infantil, dá início ao processo de envelhecimento da população cearense, mantendo a tendência brasileira destacada pelo IBGE (2010).

No Brasil, o ritmo de crescimento da população idosa tem sido sistemático e consistente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, o País contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Com uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição populacional, combinada ainda com outros fatores, tais como os avanços da tecnologia, especialmente na área da saúde, atualmente o grupo de idosos ocupa um espaço significativo na sociedade brasileira. No período de 1999 a 2009, o peso relativo dos idosos (60 anos ou mais de idade) no conjunto da população passou de 9,1% para 11,3% (IBGE, 2010).

A escolaridade dos idosos brasileiros é ainda considerada baixa: 30,7% tinham menos de um ano de instrução. Pouco menos de 12,0% viviam com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e cerca de 66% já se encontravam aposentados – fato preocupante, uma vez que, segundo IBGE (2010), comprovadamente, maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Para De Masi (1999), as causas do desemprego vão além da crise mundial, questionando se é possível haver desenvolvimento sem trabalho.

No caso brasileiro, segundo o IBGE (2000), cerca de 35% dos idosos nos municípios com até 20 mil habitantes contribuem com 30 a 50% do rendimento familiar mensal, enquanto nos municípios com mais de 500 mil esse percentual de idosos é de 17%. Em todo o País, 27% dos idosos são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar. Tais fatos ratificam a importância dos estudos relacionados aos idosos, visto que esses ocupam parcela importante da população em nosso país.

4 METODOLOGIA

Os dados, discriminados nesta análise, foram gerados a partir da realização de pesquisa de campo, referentes ao período de julho de 2012, quando se aplicaram questionários a fim de se obter dados primários para elaboração do presente estudo. As variáveis foram obtidas mediante entrevistas diretas com 31 pré-aposentados residentes no município de Fortaleza-CE, trabalhadores há mais de 30 anos na Assembleia Legislativa do Estado, faltando três anos para o desengajamento laboral.

Para testar a relação entre o salário médio dos pré-aposentados e os anos de estudo deles, foi utilizada regressão linear simples que, conforme Stevenson (1981), “constitui uma tentativa de estabelecer uma equação matemática linear que descreva o relacionamento entre duas variáveis”.

O objetivo da utilização da regressão é estabelecer uma equação para que seja possível prever valores da variável dependente a partir das variáveis explicativas (independentes).

Assim, cabe esclarecer os conceitos das variáveis acima mencionadas. De acordo com Oliveira (2007, p. 121),

variável dependente é a não controlada em um experimento, sendo, por definição, aleatórios seus valores. Independente é a variável que pode ser controlada em um experimento, em outras palavras, seus valores são exatos; é chamada também de variável explicativa.

Abaixo está descrita a forma da equação da Regressão Linear Simples:

$$y = a + bx$$

Onde:

y = variável dependente

a = constante (intercepto y)

b = coeficiente angular

x = variável independente (explanatória)

Portanto, foi definido como variável dependente a média salarial dos trabalhadores e como variável independente os anos de estudo de cada funcionário.

A significância da reta de regressão foi testada usando-se o teste F (STEVENSON, 1981), a um nível de significância de 5%, onde a hipótese nula (H_0) é que o coeficiente angular da reta é igual a zero e a hipótese alternativa (H_A) é que o coeficiente angular da reta é diferente de zero. O valor de F calculado é obtido dividindo-se o quadrado médio da regressão pelo quadrado médio do resíduo (ou erro). Compara-se, então, o número resultante com o valor F da tabela. Se o valor calculado for maior do que o tabulado, rejeita-se a hipótese nula. Se o valor calculado for menor do que o tabulado, se aceita a hipótese nula.

As diversas partes componentes da análise de variância (ANOVA), para testar a significância da reta de regressão, foram dispostas em forma tabular, pois não só nos dá uma visão da fonte de variação, como também proporciona um meio de verificar os cálculos. A Figura 1 ilustra uma tabela de ANOVA, exibindo as fórmulas apropriadas:

Figura 1 – Representação simbólica da análise de variância (ANOVA)

Fonte de variação	Soma de quadrados	G.l.	Variância	Razão F
entre médias	$n \sum_{j=1}^k (\bar{x}_j - \bar{x})^2 \div$	$k - 1$	$= S_b^2$	$\frac{S_b^2}{S_w^2} = F$
dentro de amostras	$\sum_{j=1}^k \left[\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x}_j)^2 \right] \div$	$k(n - 1)$	$= S_w^2$	
total	$\sum_{j=1}^k \left[\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2 \right]$	$nk - 1$		

k = número de amostras
 n = número de observações em cada amostra
 nk = número total de observações

Nota: i se refere às linhas, e j às colunas.

Fonte: Stevenson (1981).

Depois de realizada a análise de variância para a regressão, calculou-se o coeficiente de determinação (r^2), que determina a proporção da variável independente a qual é explicada pela variável dependente. O coeficiente de determinação é obtido dividindo-se a soma dos quadrados da regressão (variação

explicada) pela soma dos quadrados total (variação total), conforme a fórmula I. Esse coeficiente pode variar de 0 a 1 (STEVENSON, 1981), e, geralmente, é expresso em percentual, sendo que, quanto mais próximo de 100%, melhor a qualidade do ajuste do modelo de regressão analisado. Assim, quando a variação não explicada constitui uma grande percentagem da variação total (isto é, a variação explicada é uma percentagem pequena), r^2 será pequeno. Inversamente, quando a dispersão em torno da reta de regressão é pequena em relação à variação total dos valores de y em torno de sua média, isso significa que a variação explicada responde por um grande percentual da variação total, e r^2 estará muito próximo de 1,00 ou 100%.

$$r^2 = \frac{\text{variação explicada}}{\text{variação total}} = \frac{SQ_{reg}}{SQ_{tot}} \quad (I)$$

Para testar a relação entre as variáveis da pesquisa, calculou-se o coeficiente de correlação (r) de Pearson, de acordo com a fórmula descrita abaixo, que, segundo Stevenson (1981), mede a força, ou grau de relacionamento entre duas variáveis e está sempre entre -1 e 1. Conforme Downing e Clark (2000), quando o coeficiente angular da reta de regressão for maior que zero, a correlação (r) será positiva; se o coeficiente angular for menor que zero, (r) também será negativo; e, se for zero, a correlação também será. Portanto, quanto mais próxima de zero for a correlação, menor será a relação entre as variáveis.

$$r = \frac{n(\sum xy) - (\sum x)(\sum y)}{\sqrt{n(\sum x^2)(\sum y^2)} - \sqrt{n(\sum x^2)(\sum y^2)}} \quad (II)$$

No quadro 1, seguem os coeficientes de correlação linear.

Quadro 1 – Valores correspondentes do coeficiente de correlação

+1,00 correlação positiva perfeita	-1,00 correlação negativa perfeita
Cerca de + 0,70 correlação positiva moderada	Cerca de -0,70 correlação negativa moderada
Cerca de + 0,25 correlação positiva fraca	Cerca de -0,25 correlação negativa fraca
0,00 ausência de correlação	0,00 ausência de correlação

Fonte: Stevenson (1981)

A análise estatística, bem como o gráfico gerado pela análise, foi realizada com o auxílio do programa *Microsoft Excel*[®]. As variáveis quantitativas “são variáveis que podem ser medidas em uma escala quantitativa, ou seja, apresentam valores numéricos que fazem algum sentido” (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009, p. 2). Podendo ser discretas ou contínuas, o primeiro tipo refere-se a valores inteiros, em geral provenientes de contagem, e as contínuas incluem valores fracionados, conseqüentemente assumindo uma escala contínua.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O valor tabulado de F (nível de significância de 5%, 1 grau de liberdade no numerador e 29 graus de liberdade no denominador) é 4,17, muito menor do que o valor calculado (68,18303), conforme se observa na tabela abaixo. Portanto, rejeita-se a hipótese nulidade, ou seja, o coeficiente angular da reta de regressão proposta é diferente de zero, implicando a significância do modelo de regressão proposto, onde a variável dependente foi a média salarial dos trabalhadores e a variável independente foram os anos de estudo de cada funcionário.

Tabela 1 – Análise de variância para analisar a adequação do modelo de regressão

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>QM</i>	<i>F</i>
Regressão	1	178.702.783	178.702.783	68,18303
Resíduo	29	760.068.94,39	2.620.927,4	
Total	30	254.709.677,4		

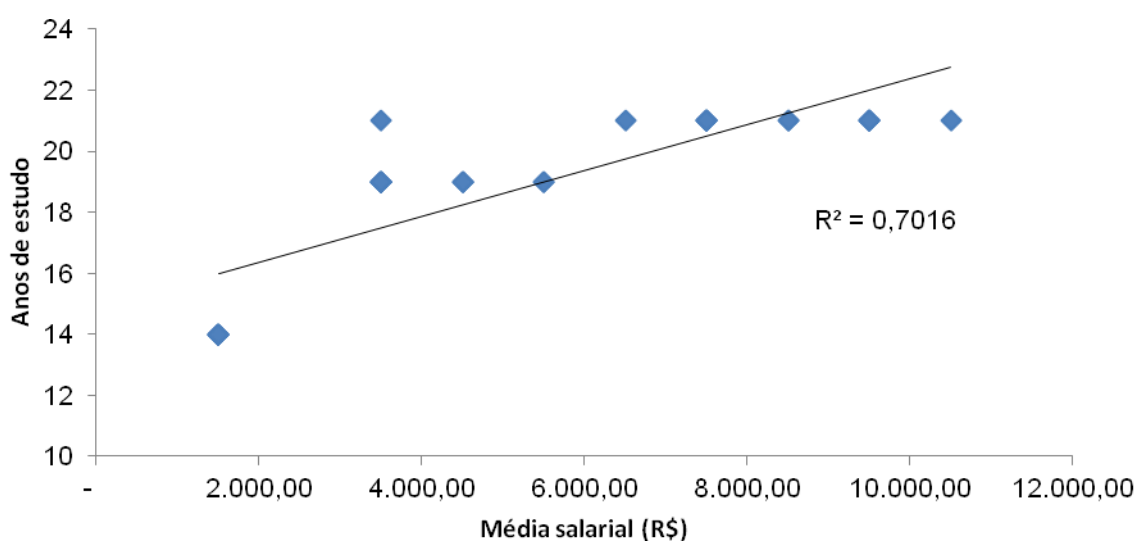
Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Nosso objetivo ao calcular o coeficiente de correlação de Pearson (r) foi determinar se havia algum relacionamento estatístico entre a média salarial dos pré-aposentados que trabalham na Assembleia Legislativa do Ceará e seu desempenho escolar (determinado por meio dos anos de estudo de cada um). Encontramos $r = +0,84$. O sinal positivo nos indica que existe um relacionamento positivo entre as duas variáveis analisadas, como pode se observar no gráfico 1. Sabendo-se que r tem um

limite superior de 1, o resultado parece sugerir que as duas variáveis estejam estreitamente relacionadas. No entanto, segundo Stevenson (1981), o valor do coeficiente de determinação pode ser enganoso, necessitando-se da análise do coeficiente de determinação (r^2), com uma estatística mais significativa.

Portanto, a partir da análise realizada na tabela 1, calculou-se o coeficiente de determinação (r^2), dividindo-se a soma dos quadrados da regressão (SQ_{reg}) pela soma dos quadrados total (SQ_{tot}), obtendo-se o valor 0,7016 ou 70,16%, indicando que a dispersão em torno da reta de regressão é pequena em relação à variação total dos valores de y (anos de estudo) em torno de sua média. Logo, o fato de r^2 ser 0,7016 indica que aproximadamente 70,16% da variação dos salários estão relacionados com a variação dos anos de estudo. Ou seja, 29,84% da variação não são explicados pelos anos de estudo.

Gráfico 1 – Regressão linear entre a média salarial e os anos de estudo dos pré-aposentados



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

No estudo foram pesquisados 31 pré-aposentados da Assembleia Legislativa do Ceará em julho de 2012. O modelo é consistente, ao nível de 5%. Vale ressaltar que o modelo foi construído usando análise de regressão linear simples. A inserção de outras variáveis pela análise multivariada poderia fornecer outros resultados, sendo essa uma limitação do estudo.

CONCLUSÃO

A questão inicial do trabalho pode ser considerada respondida, uma vez que se evidenciou a relação entre salário dos pré-aposentados e nível de escolaridade deles, medidos em anos de estudo. Através dos procedimentos adotados, constatou-se, através do coeficiente de Pearson, que a força de associação entre as variáveis é de moderada a forte, ou seja, o aumento do nível de escolaridade acarreta aumento significativo nos salários dos trabalhadores da Assembleia Legislativa do Ceará, fato confirmado e ratificado pela análise do coeficiente de determinação, uma vez que aproximadamente 70% da variação dos salários estão relacionados com a variação dos anos de estudo (escolaridade), como sugerido pela literatura consultada.

Conclui-se, portanto, que aumentar os recursos destinados à educação no Brasil, a fim de melhorar a escolaridade dos alunos, é importante e necessário, pois a educação tem impactos socioeconômicos positivos. O investimento em educação está fortemente relacionado ao desempenho escolar dos alunos, e esse desempenho afeta os salários a serem recebidos por essa geração quando ela estiver no mercado de trabalho e, como analisado neste estudo, no período da pré-aposentadoria.

ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL PERFORMANCE AND WAGES OF PRE-RETIREEES IN THE STATE OF CEARÁ

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the relationship between the wages of pre-retirees and their education levels. In the research were analyzed thirty-one pre-retirees who are working more than thirty years in the Legislative Assembly of Ceará, and that left only three years to be retired. It was performed a correlation analysis between wages and education level and it was verified that increasing the level of education leads to a significant increase in the wages of workers, and 70% of the variation in wages are related to the variation in schooling, determined by the years of schooling of workers surveyed. Investment in education is strongly related to academic performance of students and this performance affects wages to be received by this generation when it is in the labor market and as analyzed in this study, during the pre-retirement.

Keywords: Wages. Education Level. Labor's Disengagement. Correlation.

REFERÊNCIAS

BISHOP, J. Is the test score decline responsible for the productivity growth decline? **American Economics Review**, n. 1, v. 79, p. 178-97, 1989.

BOISSIERE, M. X.; KNIGHT, J. B.; SABOT, R. H. Earning, schooling, ability, and cognitive skill. **American Economics Review**, n. 5, v. 75, p. 1016-30, 1985.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I.; NEUPERT, R. **Século XXI**: a quantas andar a população brasileira? Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/Iplan, v. 3. p. 1-36, 1990.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2009.

DE MASI, D. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

DOWNING, D.; CLARK, J. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2000.

HANUSHEK, E. A. The Failure of Inputs-Based Schooling Policies. **Economic Journal**, n. 113, p. F64-F98, fev. 2003.

HANUSHEK, E. A.; KIMKO, D. D. Schooling, labor force quality, and the growth of nations. **American Economic Review**, n. 5, v. 90, p. 11894-208, dez. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000 – Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)**: banco de dados agregados. Censo Demográfico 2010 - Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MENEZES-FILHO, N. A. Educação e desigualdade. In: LISBOA, M. B.; MENEZES FILHO, N. (Org.). **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

MURNANE, R. J.; WILLETT, J. B.; LEVY, F. The growing importance of cognitive skill in wage determination. **Review of Economics and Statistics**, n. 2, v. 77, p. 251-266, maio 1995.

MURPHY, K. M.; PELTZMAN, S. School Performance and the Youth Labor Market. **Journal of Labor Economics**, The University of Chicago, n. 2, v. 22, p. 299-325, 2004.

OLIVEIRA, F. E. M. de. **SPSS Básico para Análise de Dados**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

O'NEILL, J. The role of human capital in earnings differences between black and white men. **Journal of Economic Perspective**, n. 5, v. 4, p. 869-895, out. 1990.

RIVKIN, S. G. Black/white differences in schooling and employment. **Journal of Human Resources**, n. 4, v. 30, p. 826-852, 1995.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

TASSIGNY, M. M; BRASIL, M. V. O. Pesquisa na Graduação de Administração: Mediação Necessária ao Processo Ensino-Aprendizagem. **Revista GUAL**, Florianópolis, n. 2, v. 5, p. 158-173, ago. 2012.

Recebido: 29/06/2013

Aprovado: 03/03/2014